



Eixo Temático 11 - EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DAS MULHERES: GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE

Sueli Vilasboas Sousa ¹
Camila Celestino Figueiredo ²
Ana Luiza Salgado Cunha ³
Glauber Barros Alves Costa ⁴

RESUMO

A violência contra mulheres em Caetité, Bahia, reflete desafios estruturais, como machismo enraizado, subnotificação e falta de políticas públicas eficazes. Se tratando de Caetité, cidade do interior, é possível analisar esse panorama da violência onde o sistema patriarcal ainda está enraizado. O presente trabalho apresenta dados da violência através de mapas que traça esse panorama, destaca-se que esses dados são um recorte da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Através dessas análises, é possível observar que em áreas rurais, a carência de acesso a informações, saúde e justiça perpetua o ciclo de violência. Estudos destacam a necessidade de educação sobre o tema, autonomia feminina, apoio psicológico e canais de denúncia acessíveis. Dessa maneira, a violência contra a mulher acessa culturas e fronteiras geográficas deixando mulheres cada vez mais vulneráveis e perceptíveis a sofrer a violência, destaca-se que as desigualdades sociais e falta de acesso à educação, saúde criam ambientes propícios a sofrerem abusos e violências domésticas assim, cria um ambiente propício para a perpetuação da violência. Apesar dos avanços representados pela Lei Maria da Penha e pela criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), as vítimas ainda enfrentam inúmeros desafios, entre eles a formação insuficiente desses profissionais que atuam no atendimento a grupos vulneráveis limita a efetividade das políticas públicas, além desses despreparos a quantidade de DEAMs ainda é insuficiente para as demandas e as lacunas existentes. A superação exige investimento em serviços especializados, capacitação de agentes públicos e conscientização comunitária, visando romper com a cultura de impunidade e promover equidade de gênero.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Caetité; políticas públicas; desigualdade de gênero; machismo estrutural.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) - BA, suely95vilasboas@gmail.com;

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - UESB - BA, cahcelestino18@gmail.com;

³ Pós-doutorada no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) - BA, ana.luiza@uesb.edu.br;

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR – SP, gbcosta@uneb.br.



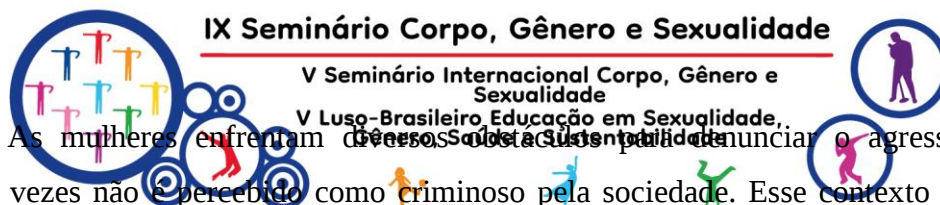
INTRODUÇÃO

As complexas questões socioeconômicas e de gênero, ainda presentes na sociedade atual, reforçam a urgência de enfrentar a persistência da violência de gênero, especialmente em contextos como o de Caetité, município do interior da Bahia. Nesse cenário, destacam-se as estruturas patriarcais enraizadas, a subnotificação dos casos e a insuficiência de políticas públicas eficazes. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo apresentar, por meio de dados, um panorama da violência contra a mulher no município, evidenciando as áreas com maiores índices de ocorrência e as especificidades das áreas urbanas e rurais.

Os dados apresentados neste trabalho fazem parte do Trabalho de Conclusão de Curso. Para a análise, foram selecionados dois mapas que auxiliam nas discursões dessas informações, enfatizando a importância de debater esses dados e apresentá-los à população de Caetité, uma cidade do interior marcada por uma cultura patriarcal. Esses dados são de extrema relevância não apenas para o campo da educação, mas também para a formulação de políticas públicas eficazes de enfrentamento e combates desigualdades de gênero.

Dessa maneira ao observar que o movimento feminista, como argumentam Cunha et al. (2023), evoluiu ao incorporar perspectivas interseccionais, abrangendo questões de raça, classe e orientação sexual, além da desigualdade de gênero. A violência contra a mulher configura-se como um fenômeno global, transcendendo fronteiras geográficas, culturais e sociais, e representando uma grave violação dos direitos humanos. Ela é entendida como uma expressão de relações de poder desiguais entre os gêneros, nas quais as mulheres são sistematicamente subjugadas. A violência de gênero, que engloba agressões físicas, psicológicas, sexuais, econômicas e morais, tem raízes históricas em sistemas patriarcais que relegam as mulheres a papéis subalternos (Butler, 1990).

Dentre as formas mais recorrentes de violência de gênero, destaca-se a violência doméstica, que ocorre no ambiente doméstico, espaço onde a mulher deveria encontrar proteção. Conforme Loureiro (2009), ela se caracteriza pela repetição de atos de agressão física, psicológica e sexual, praticados por parceiros ou familiares, perpetuando um ciclo que impacta profundamente a saúde física e emocional da mulher.



As mulheres enfrentam dificuldades ao denunciar o agressor, que muitas vezes não é percebido como criminoso pela sociedade. Esse contexto faz com que muitas vítimas temam que suas denúncias não sejam levadas a sério, especialmente quando o agressor é o pai de seus filhos. Em uma sociedade patriarcal, as barreiras para buscar ajuda são inúmeras, resultando, em muitos casos, na desistência da denúncia. Muitas vítimas só recorrem às autoridades quando enfrentam violência física grave ou ameaças à própria vida, evidenciando o ciclo de silenciamento e medo.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Maria da Penha representaram avanços significativos no reconhecimento dos direitos das mulheres e na criação de mecanismos legais para sua proteção. No entanto, conforme Souza (2019), a implementação efetiva dessas leis enfrenta desafios consideráveis, especialmente no Nordeste, onde fatores históricos, culturais e socioeconômicos intensificam as vulnerabilidades das mulheres. A falta de infraestrutura, o preconceito arraigado e o machismo estrutural dificultam o acesso à justiça e aos serviços de apoio.

Em Caetité, no interior da Bahia, essa realidade é particularmente evidente, conforme dados coletados entre 2020 e 2021. A cidade, apesar de seu patrimônio cultural, enfrenta paradoxos sociais que exacerbam a violência contra a mulher, especialmente nas áreas periféricas. O patriarcado e o machismo estrutural continuam a impregnar as relações de poder, dificultando o rompimento de ciclos de violência.

Portanto, compreender as múltiplas dimensões da violência contra a mulher, em Caetité e em outras localidades, exige uma análise que considere tanto as políticas públicas implementadas quanto as transformações culturais e sociais necessárias. A superação desse cenário demanda esforços conjuntos, envolvendo a atuação do Estado, a mobilização da sociedade civil e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

A presente pesquisa analisou a violência contra a mulher no município de Caetité (BA), com foco nas dinâmicas espaciais e fatores locais que perpetuam o problema. A coleta de dados baseou-se na análise de boletins de ocorrência registrados na Delegacia Territorial de Caetité entre 2020 e 2021, acessados via Sistema de Gestão Integrada de Informações e Processos (SIGIP). Esses registros permitiram mapear tipos de violência (doméstica, física, psicológica e sexual), características das vítimas (faixa etária, relação com o agressor) e distribuição geográfica por bairros, periferias e zonas rurais. Complementarmente, avaliou-se o impacto de políticas públicas, como a Lei



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade

Gênero na Saúde e Sustentabilidade



Maria da Penha, identificando locais onde ocorrem casos de violência contra as mulheres. Para análise espacial, utilizou-se o Sistema de Informação Geográfica (SIG), gerando mapas temáticos que relacionaram a concentração de casos a variáveis socioeconômicas (renda, escolaridade, acesso a serviços), revelando padrões como maior incidência em áreas periféricas.

Contudo, o estudo enfrentou limitações, como falta de padronização na categorização dos tipos de violência e influência de fatores socioculturais na subnotificação (medo, estigma, desconfiança institucional). A resistência em denunciar, agravada pelo patriarcado e pela carência de apoio especializado, pode ter subestimado a real magnitude do problema, destacando a necessidade de abordagens metodológicas mais sensíveis a contextos locais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O movimento feminista, em sua pluralidade, busca transcender a compreensão das mulheres como meros corpos físicos, destacando suas ações, enfrentamentos, desafios e as opressões que recaem sobre elas em diferentes contextos históricos. Essa abordagem interseccional, como destacam Cunha et al. (2023, p. 21), reconhece que os feminismos são plurais e lutam não apenas pela ampliação dos direitos das mulheres, mas também pela desconstrução de estruturas opressivas que interligam gênero, raça, classe e orientação sexual. Ao questionar o papel tradicional da mulher na família, no trabalho e na sociedade, o feminismo revela sua natureza transformadora, buscando modificar não apenas leis e políticas, mas também normas sociais e culturais profundamente arraigadas. Essa ambição de mudança sistêmica visa promover a equidade de gênero em todas as esferas da vida, reconhecendo a complexidade e a amplitude do movimento como essencial para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

O patriarcado, entendido como um sistema de normas e ideologias que privilegia os homens, permeia todas as esferas da sociedade, reforçando estereótipos, limitando oportunidades e perpetuando relações de poder desiguais. Essa estrutura influencia diretamente disparidades salariais, a sub-representação feminina em cargos de liderança e a violência de gênero. Como apontam Guimarães et al. (2015, p. 256), os valores culturais machistas e patriarcais continuam a estruturar a sociedade, promovendo a



recorrência de violências contra mulheres e sustentabilidade de desigualdades de poder e direitos.

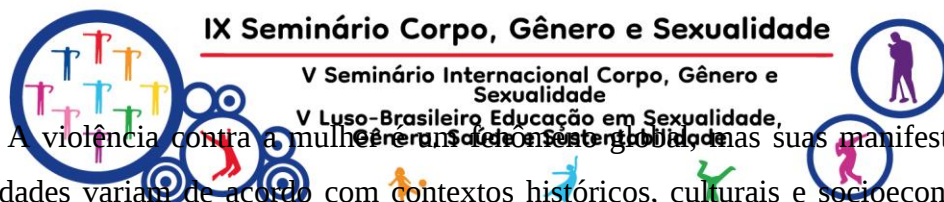
No Brasil, as políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero tiveram início na década de 1980, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985. Esse órgão foi fundamental na formulação de políticas para combater a discriminação de gênero e promover a participação das mulheres na política, economia e cultura. Avanços significativos ocorreram em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres durante o governo Lula. Entre os marcos legais, destaca-se a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), fruto de um caso emblemático de violência doméstica.

No entanto, apesar dos avanços representados pela Lei Maria da Penha e pela criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DDMs), as vítimas ainda enfrentam inúmeros desafios. A formação insuficiente de profissionais em questões de gênero e no atendimento a grupos vulneráveis limita a efetividade das políticas públicas. Como ressalta Saffioti (2015, p. 95), a falta de conhecimento sobre relações de gênero não se restringe ao judiciário, mas permeia diversas esferas da sociedade, incluindo saúde, educação e segurança pública.

Recentemente, a Lei nº 14.994 de 2024 ampliou as penas para feminicídio, que agora variam entre 20 e 40 anos, exigindo o cumprimento de, no mínimo, 55% da pena antes da progressão de regime. A legislação também adicionou agravantes, permitindo aumento de até um terço na pena em casos específicos. No entanto, a eficácia dessas leis depende da mobilização de recursos e do comprometimento de instituições e da sociedade.

De acordo com as Nações Unidas, a violência contra as mulheres é definida como “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada” (ONU, s.d.). Essa definição ressalta que a violência de gênero não se restringe ao ambiente doméstico, mas permeia todas as esferas da vida feminina, exigindo respostas integradas de saúde pública, justiça e educação para seu enfrentamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Uma Análise De Impacto Global e Local



A violência contra a mulher gera consequências globais em suas manifestações e intensidades variam de acordo com contextos históricos, culturais e socioeconômicos. Bernardes (2022) destaca que o machismo estrutural é uma das principais raízes que permeiam as motivações de muitos crimes contra as mulheres. Segundo o autor, a objetificação feminina reflete uma dinâmica arcaica, na qual as mulheres são tratadas como propriedade e sujeitas a padrões de comportamento impostos pelos homens.

No contexto brasileiro, a violência contra a mulher no Nordeste apresenta particularidades alarmantes. Como aponta Sousa (2024), a região combina fatores históricos, culturais, socioeconômicos e institucionais que exacerbam a vulnerabilidade feminina. A Bahia, maior estado da região, reflete esse cenário, com um legado colonial e patriarcal que amplia as desigualdades de gênero. A carência de políticas públicas efetivas, especialmente em áreas rurais, e as dificuldades no acesso à justiça agravam a situação, tornando o Nordeste uma das regiões com os índices mais elevados de violência de gênero no país.

Dados globais corroboram a gravidade do problema. Uma análise conduzida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em parceria com a London School of Hygiene and Tropical Medicine e o Medical Research Council, baseada em informações de 80 países, revelou que quase um terço (30%) de todas as mulheres em relacionamentos sofreram violência física e/ou sexual por parte de seus parceiros. As estimativas de prevalência variam de 23,2% em países de alta renda a 37,7% no Sudeste Asiático. Além disso, 38% de todos os feminicídios no mundo são cometidos por parceiros íntimos, evidenciando o papel central da violência doméstica na violência de gênero (OMS, 2023).

No Brasil, os números são igualmente alarmantes. Segundo dados da CNN (2024), entre janeiro e maio de 2024, foram registradas 380.735 ações judiciais relacionadas à violência contra a mulher, uma média de mais de 2,5 mil novas ações por dia. Crimes como estupro, feminicídio e outras formas de violência de gênero estão entre os mais recorrentes. De 2022 para 2023, houve um aumento de 13,1% nas novas ações judiciais, indicando uma tendência de crescimento preocupante. A pesquisa da Agência Patrícia Galvão revela que cerca de 27% das mulheres nordestinas vivenciaram algum episódio de violência doméstica ao longo de suas vidas, refletindo as especificidades regionais e as desigualdades socioeconômicas que contribuem para a perpetuação da violência na região.

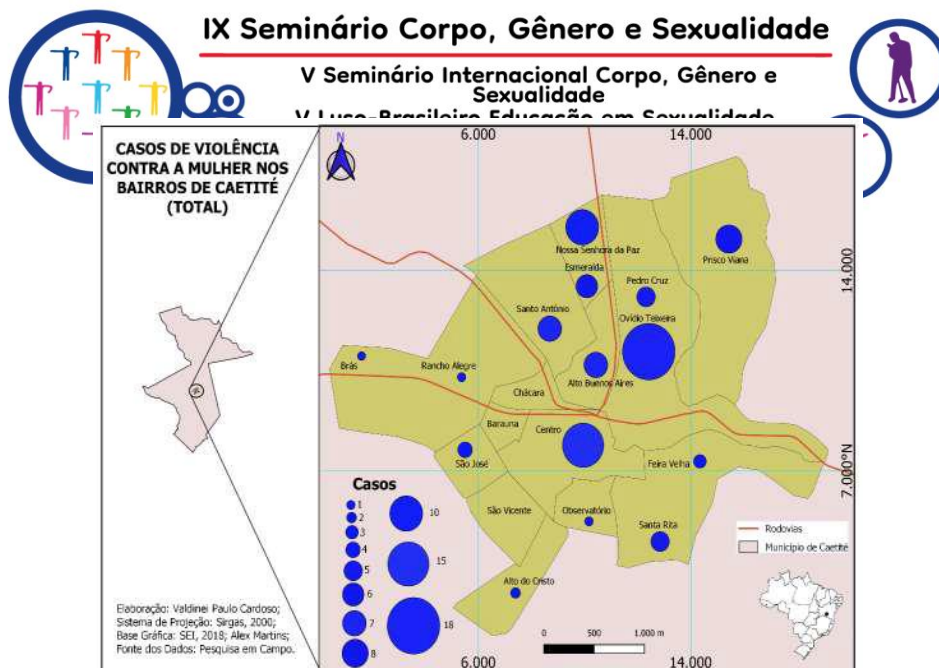
Caetité, localizada no interior da Bahia, é uma cidade com mais de dois séculos de história, reconhecida por seu papel cultural e educacional no Sertão Baiano. Berço de importantes figuras intelectuais e culturais, como Anísio Teixeira a cidade foi pioneira na educação regional, com a fundação da primeira escola normal do Sertão Baiano.

No entanto, apesar dessa rica herança cultural, Caetité enfrenta um paradoxo: enquanto preserva sua história e contribui para o desenvolvimento educacional, a cidade apresenta índices alarmantes de violência contra a mulher. Essa realidade reflete a persistente desigualdade de gênero e as condições sociais que agravam a vulnerabilidade feminina, tornando Caetité um exemplo das contradições entre o progresso cultural e as realidades sociais ainda profundamente enraizadas.

O machismo estrutural é um dos principais fatores que perpetuam a violência contra as mulheres em Caetité, assim como em outras regiões do Brasil. O patriarcado, enquanto sistema que favorece os homens em detrimento das mulheres, é uma ideologia que permeia todas as esferas sociais e culturais, influenciando diretamente as relações de poder entre os gêneros. Como ressalta Lira (2015, p. 276), a história da família no Brasil tem como base o patriarcado, trazendo arraigado o conceito de dominação masculina sobre as mulheres.

Além disso, a desigualdade de acesso a direitos, como educação, saúde e justiça, coloca as mulheres em uma posição de vulnerabilidade constante, tornando-as ainda mais suscetíveis à violência. Em Caetité, essa realidade é agravada pela falta de infraestrutura e serviços de apoio adequados, especialmente nas áreas periféricas e rurais.

CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS BAIRROS DE CAETITÉ NOS ANOS DE 2020 A 2021



Fonte: Dados da pesquisa de campo em fevereiro de 2022.

O mapa apresentado destaca a distribuição geográfica dos casos de violência contra a mulher registrados no município de Caetité entre 2020 e 2021, com base nos boletins de ocorrência do sistema SIGIP da delegacia territorial local. A análise dos dados revela uma concentração significativa de denúncias em bairros periféricos, como Ovídio Teixeira (18 casos), Nossa Senhora da Paz (10 casos) e Prisco Viana (8 casos). Entretanto, destaca-se também o registro de 15 casos no Centro da cidade, indicando que a violência não está restrita apenas às áreas marginalizadas.

Esse padrão pode ser explicado por fatores socioeconômicos e culturais, especialmente a vulnerabilidade das populações residentes nos bairros periféricos. A desigualdade social, a falta de acesso a serviços essenciais e a escassez de políticas públicas de proteção, comuns nessas regiões, ampliam a exposição das mulheres à violência. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) reforçam essa relação: 69,6% das famílias nessas áreas tinham rendimento domiciliar *per capita* de até 1 salário-mínimo, enquanto apenas 35,4% das famílias chefiadas por homens brancos se encontravam nessa faixa de renda. A dificuldade de mobilidade, o acesso limitado a recursos e a desinformação também são elementos cruciais para a subnotificação de casos.

Paralelamente, a violência em classes médias altas é frequentemente minimizada ou silenciada. Conforme Frazão (2018), mulheres desses grupos sociais enfrentam pressão para manter uma imagem pública de família perfeita, temendo julgamentos sociais ou prejuízos à reputação. Costa (2020) complementa que, embora tenham maior



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

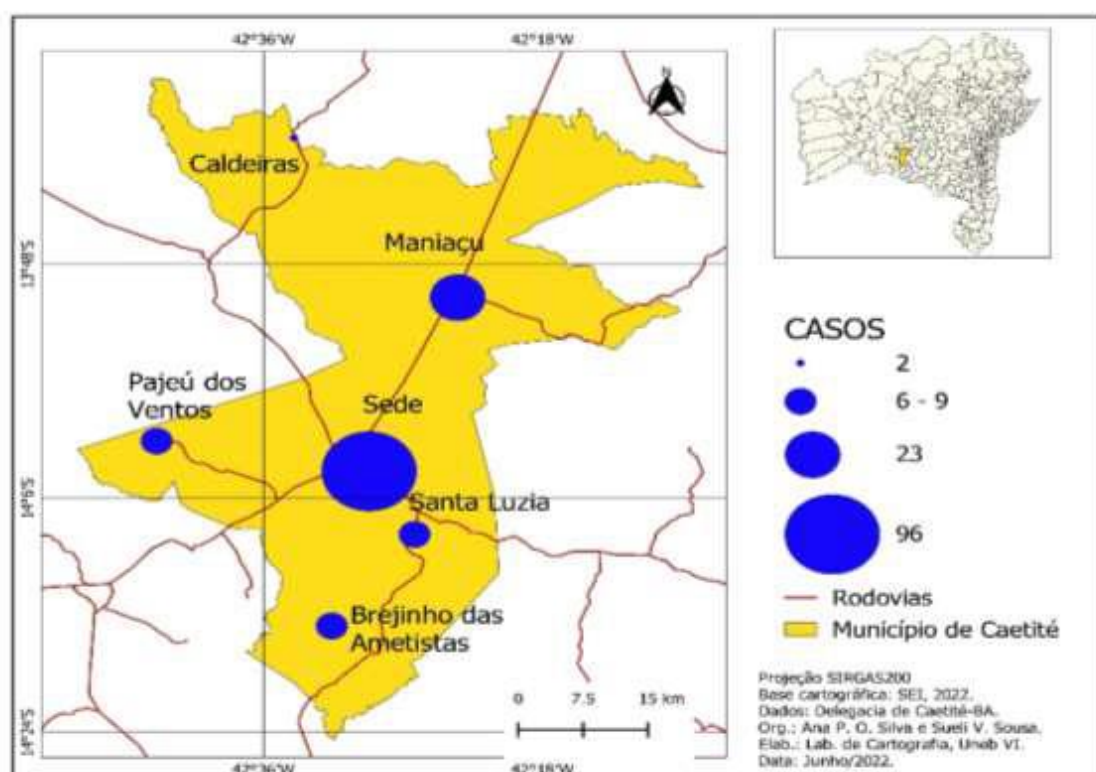
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



acesso a recursos legais e psicológicos, saúde e sustentabilidade pública e a vergonha associada à violência ainda inibem a busca por ajuda.

Outro fator relevante é a persistência de valores patriarcais nas cidades do interior, onde a cultura local tende a associar o silêncio e a vergonha à violência doméstica. Isso é exemplificado pelos casos registrados no Centro da cidade, em que vítimas de violência física só procuraram a delegacia após episódios extremos. A pandemia de COVID-19 agravou esse cenário: o confinamento intensificou os conflitos domésticos, enquanto o distanciamento social dificultou o acesso a redes de apoio. Segundo Figueiredo (2021), a crise sanitária ampliou as desigualdades de gênero, aumentando a violência em diversos contextos. Já Souza (2020) ressalta que, em comunidades menores, o estigma e o medo de represálias reforçam o silenciamento das vítimas, perpetuando ciclos de violência.

QUANTIDADE DE VÍTIMAS QUE REGISTARAM BOLETIM DE OCORRÊNCIA NOS DISTRITOS DE CAETITÉ (2020 A 2021)



Fonte: Dados coletados na pesquisa em fevereiro de 2022.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde



O mapa apresentado revela a distribuição dos casos de violência doméstica registrados nos distritos rurais de Caetité entre 2020 e 2021. Observa-se uma concentração maior de denúncias no distrito de Maniaçu, com 23 casos, seguido por Pajeú dos Ventos (9 casos), Brejinho das Ametistas (7 casos), Santa Luzia (6 casos) e Caldeiras (2 casos), totalizando 47 registros na área rural.

Esses dados indicam uma realidade alarmante, impulsionada por fatores como isolamento social, falta de recursos e dificuldade de acesso a serviços públicos, que contribuem significativamente para a vulnerabilidade das mulheres nessas comunidades. Conforme Silva (2017), a escassez de infraestrutura e a distância dos centros urbanos dificultam não apenas a denúncia, mas também a identificação de casos, resultando em subnotificação crônica. Barbosa (2019) complementa essa análise ao destacar que o medo, a vergonha e a pressão social em contextos patriarcais inibem a busca por ajuda até que a violência atinja níveis físicos extremos. Esse padrão reflete a normalização de comportamentos abusivos dentro das famílias e a falta de compreensão sobre o ciclo da violência.

Um agravante relevante é o alto número de casos envolvendo armas brancas, que intensifica o risco para as vítimas e evidencia a gravidade da violência física como manifestação central do problema. Silva (2017) associa o uso dessas armas à escalada de conflitos domésticos, tornando as agressões mais letais e traumáticas. Além disso, a limitação de acesso a recursos médicos e psicológicos nessas áreas rurais prolonga o sofrimento das vítimas e compromete sua recuperação. Como observam Almeida e Souza (2019), a ausência de atendimento especializado imediato não apenas agrava o trauma, mas também perpetua ciclos de violência, impactando diretamente a qualidade de vida das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível que as políticas públicas em Caetité priorizem a conscientização e a educação de mulheres em áreas rurais sobre o ciclo da violência e suas formas de prevenção, aliadas ao acesso facilitado a serviços de saúde, segurança e assistência jurídica. O acompanhamento psicológico, em especial, desempenha papel vital ao restaurar a autoestima das vítimas e fortalecê-las para o enfrentamento da realidade.



Cariacé cidade marcada por Gênero, Saúde e Sustentabilidade Cultural, enfrenta desafios profundos no combate à violência de gênero. O machismo estrutural, somado à ineficiência de políticas públicas e às desigualdades históricas, sustenta uma cultura de violência que demanda transformação urgente. A superação desse cenário exige investimentos em educação, políticas de enfrentamento direto e apoio integral às mulheres, não apenas como questão de justiça social, mas como compromisso ético para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária, onde direitos e segurança sejam garantidos.

A violência doméstica na região, assim como em outras partes do Brasil, transcende questões individuais, configurando-se como um fenômeno social que impacta toda a comunidade. Mulheres em situação de abuso enfrentam obstáculos múltiplos: medo de denunciar, falta de suporte institucional, estigmatização e dependência econômica, fatores que alimentam a perpetuação da violência. A subnotificação agrava ainda mais o problema, pois o temor de represálias, a descrença nas instituições e a pressão sociocultural criam um ciclo de silêncio e impunidade.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Parceiros e ex respondem pela maioria quase absoluta da violência doméstica contra mulheres no Nordeste.** Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/parceiros-e-ex-respondem-pela-maioria-quase-absoluta-da-violencia-domestica-contra-mulheres-no-nordeste>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- ALMEIDA, P.; SOUZA, R. **O atendimento às vítimas de violência doméstica: Desafios e perspectivas em áreas de difícil acesso.** Edição Independente, 2019.
- BARBOSA, M. C. **A violência doméstica e os desafios das mulheres rurais: O peso do silêncio e da vergonha.** Editora Rural, 2019.
- BERNARDES, Ana Carolina Ferreira. **Mapeamento da violência contra a mulher em Uberlândia – MG.** Monte Carmelo, 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CNN BRASIL. **Justiça brasileira recebe 25 mil processos de violência contra a mulher por dia, segundo CNJ.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-brasileira-recebe-25-mil-processos->



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Sustentabilidade



[de-violencia-contra-a-mulher-por-genero-saude-e-sustentabilidade/cnj/#:~:text=Foram%2031%204%20de%20viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica,amentou%20em%2078%2C5%25. Acesso em: 16 jan. 2025.](#)

COSTA, R. **Mulheres, classe social e violência doméstica: Barreiras e desafios na busca por justiça**. Revista XYZ, 2020.

CUNHA, Ana Luiza Salgado; MOREIRA, Núbia Regina (Org.). **Narrar-se como processo de (re)existência – Narrativas de mulheres da UNEB VI**. Curitiba: CRV, 2023.

FIGUEIREDO, A. **Violência doméstica e seus reflexos durante a pandemia de COVID-19: uma análise da realidade brasileira**. São Paulo: Editora XYZ, 2021.

FRAZÃO, L. **Silenciamento e violência doméstica: o impacto do patriarcado nas mulheres de classe média**. Edição independente, 2018.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas**. In: Revista XYZ, 2015.

LEI MARIA DA PENHA. **Lei N.º 11.340, de 7 de agosto de 2006**.

LIRA, K. F. S.; BARROS, A. M. de. **Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco**. Revista Ágora, n. 22, p. 275-297, 2015.

MARTINS, Rahel J. J. **Corpo, gênero e violência: o feminino na sociedade contemporânea**. 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Violência contra as mulheres**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20definem%20a,em%20vida%20p%C3%ABlica%20ou%20privada%22>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PACHECO, E.; DIAS, M. T. G. **A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos**. Serviço Social & Sociedade, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.313>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, J. P. **Violência doméstica em áreas rurais: desafios e barreiras para denúncia**. Revista Brasileira de Estudos Sociais, 2017.

SILVA, M. **Violência doméstica e uso de armas brancas: Impactos na saúde das mulheres**. Edição Independente, 2017.

SOUSA, L. P. **Violência física contra a mulher no nordeste brasileiro (2020-2023): Estudo epidemiológico**. Revista FT, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/violencia-fisica-contra-mulher-no-nordeste-brasileiro-2020-2023-estudo-epidemiologico/>. Acesso em: 16 jan. 2025.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade,



SOUZA, L. **O silêncio das mulheres em violência doméstica e os desafios do interior.** Rio de Janeiro: Editora ABC, 2020.



SOUZA, L. P. **Políticas públicas de gênero no Brasil: Avanços e desafios.** São Paulo: Editora XYZ, 2019.